

ATIVIDADE 3

Publicado em “O Estado de S. Paulo” - segunda-feira, 22/12/2003.

O Brasil poderá receber até US\$ 7,5 bilhões do Banco Mundial (Bird) entre 2004 e 2007, 25% mais que os empréstimos desembolsados nos últimos quatro anos. Mas a liberação de recursos vai depender da condução da política econômica e da competência na execução dos principais programas oficiais. O objetivo central do banco não é financiar projetos, mas apoiar uma política de reformas consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico e social. O Bird refaz periodicamente sua estratégia de assistência a cada país. A nova agenda para ajuda ao Brasil foi divulgada na semana passada, um mês depois de submetida à diretoria-executiva do Bird e da Corporação financeira Internacional, que opera com o setor privado.

A estratégia está descrita num memorando de 68 páginas do presidente do Grupo do Banco Mundial, James Wolfensohn. Seu objetivo é sintetizado como "apoio a um Brasil mais equitativo, sustentável e competitivo". Os três adjetivos indicam, segundo os estrategistas do Bird, os grandes objetivos sociais e econômicos assumidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não se trata só de combater a pobreza e de promover melhor distribuição dos benefícios, nem de buscar o crescimento econômico a qualquer custo. Não se irá muito longe, segundo a avaliação do banco, se não se consolidarem as condições para um crescimento duradouro. Essas condições envolvem a continuação das políticas de ajuste fiscal, de austeridade monetária, de reformas estruturais e de modernização produtiva.

"A estabilidade macroeconômica e a boa governança", está escrito no documento, "são os alicerces para um Brasil equitativo, sustentável e competitivo." Com a consolidação da responsabilidade fiscal, não se trata, mais, de apenas buscar o equilíbrio fiscal. O foco mudou, segundo o memorando, para novos objetivos: garantir a sustentabilidade e a qualidade do ajuste. É preciso mexer na estrutura do orçamento, marcada pelo excesso de vinculações, na gestão das verbas.

A reforma da Previdência é apenas parte desse conjunto necessário de mudanças. Não há outra saída, porque a carga tributária, que já superou 35% do Produto Interno Bruto (PIB), "é muito alta em comparação com a de outros países de renda média e não deixa espaço para tributação adicional". Não é com mais impostos, portanto, que se vai responder às demandas da sociedade.

A solução apontada é elevar a qualidade do gasto público, assim como "a eficiência e o impacto dos programas de governo dentro da severa restrição fiscal esperada para o futuro previsível".

Lembra-se no memorando, também, que a vulnerabilidade associada "aos níveis e à estrutura da dívida pública" permanecerá por algum tempo, "apesar da competente gestão macroeconômica". O presidente Lula nunca deveria esquecer esse dado.

O documento contém um amplo exame das condições econômicas e sociais do Brasil, das transformações ocorridas na última década, especialmente a partir de 1994, e da agenda que será preciso cumprir, em vários campos, para consolidar e ampliar os avanços conseguidos até agora. Isso inclui uma análise dos principais componentes do custo Brasil, como as limitações da infra-estrutura e a escassez de financiamento, e das políticas enunciadas para o enfrentamento desses problemas. Se as reformas ficarem muito aguadas, advertem os autores do memorando, as possibilidades de crescimento sustentável serão menores.

Esse texto contém uma das mais completas e mais competentes análises do quadro econômico e social do Brasil neste momento. O próprio governo brasileiro tem sido incapaz de expor com tanta clareza as razões e o sentido sistêmico de seus principais programas, em grande parte herdados da administração anterior. Os estrategistas do banco, embora elogiando a disposição exibida até agora pelo governo do presidente Lula, deixam claro que a maior parte do que o atual governo possa fazer de bom será uma continuação dos acertos do anterior. Na última década, está escrito no memorando, os indicadores sociais básicos melhoraram no Brasil mais velozmente do que noutros países com níveis de renda semelhantes. É preciso reconhecê-lo, mesmo quando se observa que a desigualdade de renda, no País, continua a ser uma das maiores do mundo.

TAREFA

a) A EAP do Banco Mundial deixa claros os setores prioritários para o Banco Mundial no Brasil. Os outros organismos internacionais, como o BID e a CAF, também têm uma agenda para o país. Contudo, os setores cobertos e área geográfica das ações desses organismos não são as mesmas. A carteira (total de empréstimos em determinado período) também apresenta uma grande diferença entre essas instituições.

b) Pesquise e faça uma análise comparativa da agenda desses três organismos para o Brasil, apontando as principais semelhanças e divergências em termos de setores contemplados, a abrangência geográfica, o volume da carteira e a distribuição desses recursos por áreas (saúde, educação, meio ambiente, transportes, etc.).